

**...continuação**

inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para Opinião com Ressalva** - A entidade aplica integralmente os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A entidade possui terreno mantido como propriedade para investimento no valor total de R\$ 1.380.000,00 em 31 de dezembro de 2013. Com base nos pronunciamentos CPC 28 - Propriedade para investimento e CPC 01 - Redução do valor Recuperável dos ativos, aprovados pela Circular SUSEP 424 em 29 de abril de 2011, a entidade deveria avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que este ativo possa ter sofrido desvalorização para estimar o valor recuperável do mesmo. A entidade, porém, não realizou esta avaliação. A entidade reconheceu em 31 de dezembro de 2013 outras receitas não operacionais no montante de R\$ 411.313. Não nos foram apre-

sentadas evidências apropriadas e suficientes da existência e mensuração daquelas receitas. Devido à ausência de documentação comprobatória do valor em questão, não nos foi possível aplicar procedimentos alternativos de auditoria, de forma a concluir sobre a adequação do referido saldo em 31 de dezembro de 2013. **Opinião** - Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Arcesp Previdência Privada** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Rio de Janeiro, 11 de março de 2014.

Crowe Horwath Bendoraytes & Cia.

Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8

José Bendoraytes Filho - Contador - CRC IRJ 40693/O-9
Sergio Bendoraytes - Contador - IRJ 064460/O-2

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RIO CRIANÇA CIDADÃ
CNPJ Nº 73.759.979/0001-50

BALANÇO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		Móveis e Utensílios	124.072,42	ENCARGOS A PAGAR	
DISPONÍVEL		Depreciação Móveis e Utensílios	(-) 71.155,47	Diversos	300,55
Bancos C/Movimento	15.049,88	Equipamentos de Escritório	279.520,29	CIRCULANTE	
Aplicações Financeiras	207.497,09	Depreciação Equipamentos de Escritório	(-) 168.462,01	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	222.546,97	Veículos	97.303,00	Patrimônio	1.055.118,63
PERMANENTE		Depreciação Veículos	(-) 58.449,10	Déficit no Exercício	(-) 46.723,98
Investimentos	2.708,30		38.853,90		1.008.394,65
IMOBILIZADO		Equipamentos Esportivos	2.309,80	TOTAL DO PASSIVO	1.008.695,20
Máquinas e Equipamentos	488.227,99	Depreciação Equipamentos Esportivos	() 905,06		
Depreciação Máquinas e Equipamentos	(-) 178.003,68		1.404,74	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
	310.224,31	Instrumentos Musicais	113.228,02	ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	
Ferramentas	131.923,61	Depreciação Instrumentos Musicais	() 46.559,80	RECEITA OPERACIONAIS	
Depreciação Ferramentas	() 56.348,95		66.668,22	Contribuições e Doações	535.870,44
	75.574,66		783.439,96	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	
Instalações	182.630,76	TOTAL DO ATIVO	1.008.695,20	Lucro sobre Aplicações Financeiras	13.446,33
Depreciação Instalações	(-) 55.891,86				549.316,77
	126.738,90			TOTAL DAS RECEITAS	
				DESPESAS OPERACIONAIS	
				Despesas com Pessoal	129.524,65
				Encargos Sociais	14.813,29
				Prestações de Serviços	150.600,56
				Impostos e Taxas	1.651,81
				Despesas de Custeio	52.618,75
				Depreciação	151.651,87
				Despesas Financeiras	3.092,61
				Despesas Administrativas	92.087,21
					596.040,75
				DÉFICIT NO EXERCÍCIO	46.723,98

Importa o presente Balanço Geral que soma igualmente no Ativo e Passivo a importância de R\$ 1.008.695,20 (Um milhão, oito mil, seiscentos e noventa e cinco reais e vinte centavos). Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2013. Marcos Carlos Ferretti - Presidente. Pablo Goldenberg - CRC-RJ 089370-03. CPF. 021.784.317-47.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ABRCC

O Conselho Fiscal da Associação Beneficente Rio Criança Cidadã, no uso de suas atribuições estatutárias, declara que apreciou e examinou as contas relativas ao segundo semestre do ano de dois mil e treze e a apresentação dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito da Previdência Social; Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. E, por refletirem adequadamente a posição patrimonial da entidade, naquele semestre, seus membros abaixo assinados manifestaram-se favoravelmente à sua aprovação pela Assembléia Geral. RJ-RJ, 11 de fevereiro de 2014. Dr. Sebastião Till - Presidente; Paulo Roberto Rodrigues Teixeira - Cel. Membro; Marcus Vieira - Cel. Membro.

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 1/2013**

A Associação das Pioneiras Sociais torna pública a convocação dos candidatos abaixo relacionados para início da etapa treinamento do Processo de Seleção Pública nº 01/2013, cargo Psicólogo - Hospitalar, edital publicado no DOU em 19/04/2013.

Classificação	Nome	Inscrição
5ª	Sarah Teófilo de Sá Roriz	00598
6ª	Priscila Maria Pinto Ferraz Cabau	00413

LUCIANA DE SOUZA PINTO ALVARENGA ROSSI
p/ Centro Nacional de Recursos Humanos

ÁREA DE RECURSOS MATERIAIS

AVISO DE COLETA DE PREÇOS Nº 2/2014

Hospital SARAH - Brasília/DF

A Associação das Pioneiras Sociais torna público que realizará Seleção de Contratantes com finalidade de: Aquisição de Produtos de Panificação Diversos. O recebimento dos envelopes com a entrega das propostas e documentação dar-se-á até o dia 28 de março de 2014, no Edifício Pioneiras Sociais - Área de Recursos Materiais - SMHS Quadra 301 - Bloco B, Nº 45, Entrada A - 4º andar - Brasília/DF - CEP 70.335-901. O edital está à disposição no endereço

acima citado, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos com Sr. Mário Antonio de Souza Martins, fone: (61) 3319-1543, e-mail: martins@sarah.br ou com Sr. Angelo Garcez da Luz, fone: (61) 3319-1404, e-mail: angelogarcez@sarah.br.

ASSANGELO GARCEZ DA LUZ
Resp. p/ Área de Recursos Materiais

MARIO ANTONIO DE SOUZA MARTINS
Resp. p/ Área de Recursos Materiais

AUXILIADORA PREVIDÊNCIA

CNPJ 17.188.350/0001-26

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

AGO - Aprovação de Contas do Exercício de 2013

AGE - Processo de Transformação da Sociedade

A Auxiliadora Previdência, CNPJ 17.188.350/0001-26, CONVOCA todos os seus associados com direito a voto (associados efetivos), quites para com a entidade citada, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que ocorrerá em 27 de março de 2014, às 16:00 horas, em 1ª chamada, com a presença de no mínimo 2/3 dos associados com direito a voto e 1 (uma) hora depois, em 2ª e última chamada, com qualquer número. Ordem do Dia: (i) Aprovação de Contas do Exercício de 2013; e (ii) Processo de Transformação da Sociedade em Seguradora. Local: Rua Timbiras, 1.754, 9º Andar, Lourdes, Belo Horizonte/MG.

Belo Horizonte, 13 de março de 2014.

THIAGO LOPES LEAL

Diretor-Presidente da Auxiliadora Previdência

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS
ESTRATÉGICOS**

CNPJ Nº 04.724.690/0001-82

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de 2013:

Ativo	2013	2012
Ativo Circulante	40.233.094,99	36.649.605,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.679.055,90	12.488.190,77
Bancos/caixa - Recursos sem Restrição	6.101,97	2.148,80
Banco/caixa - Recursos com Restrição	44.763,69	0,00
Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrição	1.659.881,98	1.956.530,28
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição	15.968.308,26	10.529.511,69
Outros Valores a Receber	22.554.039,09	24.161.414,35
Clientes	21.816.479,99	22.640.650,00
Adiantamento a Fornecedores	150.947,87	1.008.086,02
Impostos a Recuperar	43.148,56	43.308,01
Adiantamento de Férias	395.258,29	316.350,53
Outros Créditos	4.126,53	7.382,18
Títulos de Capitalização - BB	132.380,00	132.380,00
Despesas do Exercício Seguinte	11.697,85	13.257,61
Ativo Não Circulante	2.651.363,08	1.635.163,44
Imobilizado	2.130.051,53	867.000,77
Bens Próprios sem Restrição	11.023,50	11.023,50
Bens Próprios com Restrição	3.817.781,58	2.347.435,20
(-) Depreciações Acumuladas	(1.698.753,55)	(1.491.457,93)
Intangível	521.311,55	768.162,67

Sistemas Aplicativos - Software - com Restrição	1.326.845,45	1.324.910,92
(-) Amortizações Acumuladas	(805.533,90)	(556.748,25)
Total do Ativo	42.884.458,07	38.284.768,56

Passivo	2013	2012
Passivo Circulante	3.944.276,95	5.226.412,75
Salários a Pagar	0,00	344,45
Encargos Sociais a Recolher	289.342,61	468.716,83
Encargos Tributários a Recolher	223.509,63	214.994,34
Fornecedores	276.290,81	333.536,43
Provisão para Férias e Encargos	1.384.901,24	1.157.882,07
Provisão Contratos de Serviços	1.678.580,97	2.795.834,98
Outras contas a pagar/Compensar	91.651,69	255.103,65
Patrimônio Social Líquido	38.940.181,12	33.058.355,81
Reservas	8.417.608,05	7.670.186,87
Reserva Técnica - com Restrição	8.417.608,05	7.670.186,87
Superávit Acumulado	30.522.573,07	25.388.168,94
Superávit de Exercícios Anteriores	24.684.833,68	23.706.462,33
Déficit/Superávit do Exercício	5.837.739,39	1.681.706,61
Total do Passivo	42.884.458,07	38.284.768,56

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

	2013	2012
(+) Receita Bruta	41.329.006,03	37.231.993,59
COM RESTRIÇÃO		
Contrato de Gestão	39.950.000,00	36.600.000,00
(=) Total Receita com Restrição	39.950.000,00	36.600.000,00
SEM RESTRIÇÃO		
Serviços Prestados a Terceiros	1.362.440,00	631.993,28
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	0,00	0,31
Contribuições	16.566,03	0,00
(=) Total Receita sem Restrição	1.379.006,03	631.993,59
(-) Deduções da Receita Bruta	(64.557,31)	(23.930,27)
ISS sobre Faturamento	(64.557,31)	(23.930,27)
(=) Receita Líquida	41.264.448,72	37.208.063,32
(-) Despesas Operacionais - Contrato de Gestão	(34.677.287,38)	(35.116.698,64)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.936.984,88)	(2.058.044,63)
Despesas com Pessoal e Encargos	(15.999.283,75)	(14.819.866,57)
Serviços de Terceiros	(6.807.964,92)	(12.462.043,47)
Aluguéis e Arrendamentos	(4.488.559,22)	(2.252.267,19)
Impostos e Taxas	(91.985,84)	(50.852,73)
Diárias	(1.285.596,68)	(1.057.842,28)
Passagens	(1.864.195,23)	(1.446.818,45)
Promocões e Eventos	(555.772,41)	(366.295,12)
Outras Despesas Operacionais	(35.651,32)	(84.549,35)
Depreciações e Amortizações	(611.293,13)	(518.118,85)
(-) Despesas Operacionais - Outros Contratos	(1.667.678,47)	(1.193.271,92)
Despesas Gerais e Administrativas	(11.794,85)	(22.454,95)
Despesas com Pessoal e Encargos	(645.344,83)	(395.861,98)
Serviços de Terceiros	(578.617,37)	(491.606,08)
Aluguéis e Arrendamentos	0,00	(13.510,72)
Diárias	(171.950,20)	(102.399,51)
Passagens	(177.645,31)	(111.150,26)
Promocões e Eventos	(81.000,05)	(56.288,42)
Outras Despesas Operacionais	(1.325,86)	0,00
(=) Resultado Operacional Bruto	4.919.482,87	898.092,76
(+/-) Resultado Financeiro	918.256,52	783.613,85
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	(238.350,64)	(270.848,28)
Despesas Financeiras - Outros Contratos	(56.192,19)	(32.080,11)
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	1.078.304,58	950.972,09
Receitas Financeiras - Outros Contratos	134.494,77	135.570,15
Superávit/Déficit do Exercício	5.837.739,39	1.681.706,61

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

1- Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2013	2012
(-/+ Superávit líquido do exercício/Lucro líquido do exercício)	5.837.739,39	1.681.706,61
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	611.293,13	518.118,85
(+) Ajuste de exercícios anteriores	44.085,92	109.297,16
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	23,65	1.329,78

(+) Transferência de bem imobilizado p/ bens não imobilizados	-	1.200,00
Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução(Aumento) em clientes	824.170,01	(9.440.650,00)
(+/-) Redução(Aumento) em adiantamentos	778.230,39	141.066,90
(+/-) Redução(Aumento) em Aplicações financeiras	-	38.000,00
(+/-)Redução(Aumento) em Outras contas ativas	4.974,86	(17.338,22)
Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(171.203,38)	257.773,62
(+/-) Aumento/(Redução) em Fornecedores	(57.245,62)	129.499,55
(+/-)Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	227.019,17	73.476,34
(+/-)Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	(1.117.254,01)	2.795.834,98
(+/-)Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	(163.451,96)	235.776,68
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	6.818.381,55	(3.474.907,75)
2- Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	2013	2012
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(1.625.581,89)	(642.494,85)
(-) Compra do Ativo Intangível	(1.934,53)	(74.438,58)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(1.627.516,42)	(716.933,43)
3 - (+/-) Líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.190.865,13	(4.191.841,18)
4 - Variação do Caixa e Equivalentes de caixa	5.190.865,13	(4.191.841,18)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	12.488.190,77	16.680.031,95
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	17.679.055,90	12.488.190,77

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Déficit/Superávit Acumulados	Déficit/Superávit do Exercício	Reservas Reserva Técnica	Total
Saldo em 31/12/2011	13.904.129,01	9.906.120,63	7.457.102,40	31.267.352,04
Incorporação do Déficit 2011	9.906.120,63	(9.906.120,63)	-	-
Ajuste Superávit Exercício Anteriores	109.297,16	-	-	109.297,16
Transferência para Reserva Técnica	(213.084,47)	-	213.084,47	-
Superávit do Exercício	-	1.681.706,61	-	1.681.706,61
Saldo em 31/12/2012	23.706.462,33	1.681.706,61	7.670.186,87	33.058.355,81
Incorporação do Superávit 2012	1.681.706,61	(1.681.706,61)	-	-
Ajuste Superávit Exercício Anteriores	44.085,92	-	-	44.085,92
Transferência para Reserva Técnica	(747.421,18)	-	747.421,18	-
Superávit do Exercício	-	5.837.739,39	-	5.837.739,39
Saldo em 31/12/2013	24.684.833,68	5.837.739,39	8.417.608,05	38.940.181,12

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Nota 1 - Contexto operacional - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília/DF, tem por finalidade a realização e promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros.

Nota 2 - Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2013 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea "i" da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social, cujo instrumento de relação entre o poder público é o "Contrato de Gestão" elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

Nota 3 - Principais Práticas e Diretrizes Contábeis - 3.1 Caixa e equivalente de caixa - Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata temporis" até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 3.2 Estimativas contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. 3.3 Instrumentos financeiros - O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Investimentos mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado. - Recebíveis. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. 3.4 Imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 3.5 Ativos intangíveis: correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. 3.6 Provisões - uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva



que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. 3.7 Apuração dos resultados - O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2013. 3.8 Receita operacional - Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis. 3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa. O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado, os recursos com restrição referem-se a movimentação financeira específica do Contrato de Gestão:

	2013	2012
Bancos/Caixa - Recursos sem Restrição	6.101,97	2.148,80
Bancos/Caixa - Recursos com Restrição	44.763,69	0,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos sem Restrição	1.659.881,98	1.956.530,28
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos com Restrição	15.968.308,26	10.529.511,69
Total	17.679.055,90	12.488.190,77

Nota 5 - Títulos de Capitalização

	2013	2012
Investimentos circulares Mantidos até o vencimento Títulos de Capitalização	132.380,00	132.380,00
Total	132.380,00	132.380,00

Os investimentos em Títulos de Capitalização foram realizados para garantir fiança no contrato de locação FUNCEF/CGEE, no período de 2012 e estão em processo de resgate.

Nota 6 - Clientes. Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

Clientes	2013	2012
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	7.800,00	7.800,00
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	21.558.150,00	22.632.850,00
MMA - Secretaria de Mudanças Climáticas	240.529,99	0,00
FIEA - Federação das Indústrias do Estado de Alagoas	10.000,00	0,00
Total	21.816.479,99	22.640.650,00

Nota 7 - Adiantamento de férias: O CGEE tem por política conceder férias coletivas a seus empregados no início de cada exercício financeiro (janeiro/2014). Em virtude dessa política, foi registrado montante de R\$ 395.258,29 (R\$ 316.350,53 - 2012) no ativo circulante, relativo aos adiantamentos de férias pagos aos colaboradores.

Nota 8 - Adiantamento a fornecedores: Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 150.947,87 (R\$ 1.008.086,02 - 2012).

Nota 9 - Imobilizado e Intangível: Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (impar). O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Depreciação	2013	2012
Imobilizado			
Equipamentos de Informática	20%	1.968.465,01	1.744.722,45
Instalações	10%	563.602,18	13.008,38
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	44.111,45	43.500,45
Móveis e Utensílios	10%	625.496,10	429.702,20
Equipamentos de Audiovisual	20%	308.318,10	127.525,22
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	0,00
(-) Depreciações		(1.698.753,55)	(1.491.457,93)
Subtotal do Imobilizado		2.130.051,53	867.000,77
Intangível			
Sistemas Aplicativos - Software	20%	1.326.845,45	1.324.910,92
(-) Amortizações		(805.533,90)	(556.748,25)
Subtotal do Intangível		521.311,55	768.162,67
Total do Imobilizado e Intangível		2.651.363,08	1.635.163,44

Nota 10 - Fornecedores: Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Fornecedores	2013	2012
Stallivieri e Gusmão Tecnologia Ambiental Ltda	0,00	10.000,00
FUNCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	0,00	10.000,00
Instituto Stela	0,00	11.642,88
FIPAI - Fundação p/Incremento da Pesquisa e Aperfeiçoamento Industrial	0,00	25.000,00
AVNET Technology Solutions Brasil S/A	0,00	193.895,20
FUNDEPAG - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agronegócio	0,00	23.466,67
FBDS - Fundação Brasileira p/o Desenvolvimento	20.000,00	0,00
Ação Informática Brasil LTDA	0,00	13.444,91
ICONE - Instituto de Estudos do Comércio e das Negociações Internacionais	0,00	24.750,00
EMPRED - Engenharia e Manutenção Predial LTDA	18.139,38	0,00
Kember Associates Ltd	99.802,74	0,00
CEDAO - Centro de Estudos e Desenv. Avançados	12.000,00	0,00
AGM - Miranda Turismo e Representações	64.291,78	0,00
Outros Fornecedores	62.056,91	21.336,77
Totais	276.290,81	333.536,43

Nota 11 - Provisão de Férias e Encargos Sociais: Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2013 uma provisão de férias e encargos sociais na proporção de R\$ 1.384.901,24 (R\$ 1.157.882,07 - 2012).

Nota 12 - Outras Contas a Pagar

	2013	2012
Ressarcimento - Pessoal Cedido	48.579,84	86.974,26
Créditos a Compensar	41.963,61	39.902,41
Saldos bancários a compensar	1.108,24	128.226,98
Totais	91.651,69	255.103,65

a) Provisão ressarcimento pessoal cedido - devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE foi acordado a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais. b) Créditos a compensar/Desconto em folha - Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE. c) Saldos bancários a Compensar/Agendados - Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede as férias coletivas.

Nota 13 - Provisão Contratos de Bens e Serviços: Para os contratos firmados no período de vigência até 2013, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula

contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2013 o valor correspondente a R\$ 1.678.580,97 a título de provisão (R\$ 2.795.834,98 - 2012)..

Nota 14 - Patrimônio Social Líquido: O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. De acordo com a Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2016) celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 8.417.608,05, neste exercício (R\$ 7.670.186,87 - 2012). 14.1 Ajustes de Exercícios Anteriores - Referem-se a ajuste ao exercício de 2011 relativos a rescisão do contrato nº 044/2011 - CENIT e correção de rendimentos de aplicação, no valor de R\$ 44.085,92.

Nota 15 - Receitas. a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2013 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 39.950.000,00 (R\$ 36.600.000,00 - 2012), com a seguinte configuração conforme os registros contábeis: R\$ 18.391.850,00 recebidos no exercício e R\$ 21.558.150,00 escriturados no ativo circulante a receber. b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2013 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 1.362.440,00 (R\$ 631.993,28 - 2012). Demonstrados no quadro a seguir:

Quadro de receitas de contratos administrativos

Contratantes	2013	2012
Embaixada Britânica-Energy	70.589,54	34.398,73
Federação das Ind. do Estado de Alagoas - FIEA	62.500,00	0,00
Internacional Development Research Centre - IDRC	704,01	111.189,07
Instituto Ambiental Brasil Sustentável - IABS	256.000,00	64.000,00
Instituto Euvaldo Lodi - IEL	150.000,00	0,00
Ministério do Meio Ambiente - MMA	781.828,75	349.805,48
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG	40.817,70	7.800,00
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	0,00	64.800,00
Total	1.362.440,00	631.993,28

c) Receitas financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2013 uma receita financeira de R\$ 1.212.799,35 (R\$ 1.086.542,24 - 2012) conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.078.304,58	134.494,77
Totais	1.078.304,58	134.494,77
Total Geral	1.212.799,35	

Nota 16 - Despesas - As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 36.639.508,68 (R\$ 36.612.898,95 - 2012), sendo R\$ 34.915.638,02 (R\$ 35.387.546,92 - 2012) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 1.723.870,66 (R\$ 1.225.352,03 - 2012) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos e de superávit.

Nota 17 - Outras Informações. a) Seguros - O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado. b) Ação Civil Pública - Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 466.803,33 (quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e três reais, trinta e três centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2013. c) Fiscalização - Constam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração - AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total de R\$ 1.346.617,63 (um milhão, trezentos e quarenta e seis mil, seiscentos e dezessete reais e sessenta e três centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou

a possibilidade de perda como possível em 31.12.2013. d) Processos Administrativos - Constam, em vias administrativas, junto ao Tribunal de Contas da União, os processos administrativos referentes às prestações de contas do Contrato de Gestão dos exercícios de 2003, 2005 e 2006. Os processos são acompanhados pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves Santos Júnior Advogados, que classificou as possibilidades de perda em 31/12/2013 para o exercício de 2003 como remota; exercício de 2005 como possível; exercício de 2006 como remota. e) Compromissos futuros - O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 10.230.349,98 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 3.899.980,83, que não configuram no resultado do exercício em 2013, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, 31 de dezembro de 2013
IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34

MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente do CGEE/OS
CPF 096.769.418-32

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras. A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Organização Social, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Ênfase - Continuidade das operações: Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras, que descreve que os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e estão atrelados ao Contrato de Gestão firmados originalmente em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. A continuidade das operações da Entidade depende do recebimento dos recursos financeiros do Contrato de Gestão

6. Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações financeiras do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE para o exercício findo em 31

de dezembro de 2012 foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 08 de fevereiro de 2013 com ênfase quanto a impossibilidade de determinar os efeitos nas demonstrações contábeis do processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa ajuizado pelo Ministério Público Federal, bem como de processos administrativos, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3, emitido em 10/12/2010. Em 31 de dezembro de 2013, os referidos processos foram classificados pelos assessores jurídicos com possível possibilidade de perda e com valores estimados em R\$ 466.803,33 e R\$ 1.346.617,63, respectivamente.

Brasília, 3 de fevereiro de 2014.
MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4

RICARDO DA SILVA FARIAS PASSOS
Contador CRC DF-015504/O-2

MARCYO FRANCO FORTES
Contador CRC DF- 015291/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Aos dezessete dias do mês de fevereiro de 2014, na sede do CGEE, foi realizada a trigésima quarta (34ª) reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Conselho Fiscal são da opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 17 de fevereiro de 2014
JOSÉ ROBERTO ALVES CORRÊA
Presidente

LUIZ ALBERTO DE FREITAS BRANDÃO
HORTA BARBOSA
Conselheiro

FÁTIMA SANDRA MARQUES HOLLANDA
Conselheira

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE é uma Associação Civil sem fins lucrativos qualificada como Organização social pelo Decreto nº 4.078, nos termos da Lei 9.637/98, com vistas ao estabelecimento de parceria para o fomento e execução de atividades na área de ciência, tecnologia e inovação. Desde 2002, o CGEE mantém Contrato de Gestão com a União, supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, cujo objeto encontra-se descrito na cláusula primeira do Contrato de Gestão "(...) parceria entre as partes com vistas ao apoio à gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias por parte do Órgão Supervisor". As atividades do Centro estão, portanto, voltadas para subsidiar a tomada de decisão e promover a interlocução, articulação e interação entre os atores de C,T&I, em particular entre aqueles dos setores público e privado. A agenda de trabalho do CGEE inclui atividades que são, de um lado, pactuadas com o Órgão Supervisor e inseridas em Plano de Ação Anual do Contrato de Gestão e, de outro, negociadas em contratos administrativos firmados com entidades públicas e privadas que atuam no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCT&I. Para a execução da agenda anual de trabalho, o Centro mobiliza competências institucionais e individuais identificadas no País e no exterior de acordo com cinco Linhas de Ação: (1) Estudos, Análises e Avaliações; (2) Articulação; (3) Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI; (4) Disseminação de Informação em CTI; e (5) Gestão Institucional. No ano de 2013 o CGEE enfrentou um conjunto de desafios para levar adiante o Plano de Ação - 2013 do Contrato de Gestão, conforme descrito no Anexo I do seu 7º Termo Aditivo. Dentre estes, a assinatura do Sexto Termo Aditivo no mês de dezembro de 2012 resultou num acúmulo de tarefas no primeiro semestre de 2013. Paralelamente aos trabalhos de conclusão das Subações pactuadas no Sexto Termo Aditivo, foi elaborada a proposta do Sétimo Termo Aditivo encaminhada ao MCTI no mês de junho deste ano. A especificação das demandas inseridas no Plano de Ação do Sétimo Termo Aditivo, após consulta ao Conselho de Administração, envolveu amplo levantamento junto às Secretarias e agências

do MCTI. As demandas assim identificadas foram, então, priorizadas pela Secretaria Executiva e submetidas à análise do senhor Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação. Embora a assinatura do Sétimo Termo Aditivo, em 20 de novembro de 2013, tenha demorado mais do que inicialmente previsto, o processo de negociação da agenda foi extremamente rico e permitiu estabelecer procedimentos que valorizaram o Plano de Ação e incorporaram novos interlocutores, como o Ministério da Educação. Os trabalhos de preparação do Sétimo Termo Aditivo resultaram no amadurecimento de propostas incorporadas nos Quinto e Sexto Termos Aditivos que visaram implantar as assim chamadas "Atividades" nas Linhas de Ação do Contrato de Gestão. Trata-se de iniciativas de maior fôlego e de maior permanência na agenda do CGEE, facilitando o desenvolvimento de trabalhos mais ambiciosos e complexos. No Plano de Ação do Sétimo Termo Aditivo, foram estabelecidos os Alvos Estratégicos para cada uma das Atividades e as correspondentes Metas. No plano do desenvolvimento institucional, o ano de 2013 foi marcado por importantes avanços. Foram elaborados, discutidos e finalmente aprovados pelo Conselho de Administração o novo Regimento Interno e o novo Regulamento de Seleção e Contratação de Obras, Serviços e Compras do CGEE. Adicionalmente, atendendo às recomendações da Comissão de Avaliação foram aprovados o Plano de Capacitação dos Empregados e a Política de Publicações. Ainda em relação ao desenvolvimento institucional o Conselho de Administração acolheu, no segundo semestre, proposta da Diretoria de dar início à implantação de um processo de avaliação independente dos trabalhos do Centro, com ênfase nos seus aspectos qualitativos. O processo deverá ser iniciado em 2014, sob a supervisão do Conselho de Administração e terá caráter complementar aos esforços realizados pela Comissão de Avaliação constituída pelo Órgão Supervisor (MCTI). Finalmente, cabe destacar que no segundo semestre o Centro transferiu-se para sua nova sede. A mudança, embora complexa e trabalhosa, foi realizada sem afetar significativamente os trabalhos acima listados. Não obstante as dimensões dos desafios citados, o Relatório do Contrato de Gestão de 2013, mostra claramente que foi possível atingir todas as metas pactuadas para o período. O ano de 2013 configurou-se, assim, como um período extremamente produtivo, ao longo do qual o CGEE desenvolveu um conjunto de instrumentos institucionais e de infraestrutura essenciais para o aprimoramento da sua gestão e para melhorar a sua capacidade de atendimento às demandas da União pactuadas no Contrato de Gestão com o MCTI.

Objetivando atender o disposto no § 1º do Art.12 da Portaria MCTI nº 967/2011, apresentamos os saldos acumulados do Contrato de Gestão - exercício 2013 a serem reprogramados para 2014.

SalDOS Acumulados do Contrato de Gestão - Exercício 2013 - Quadro Resumo*	
Saldos de exercícios anteriores	19.721.009,93
Créditos recebidos no exercício 2013	29.615.936,97
Subtotal (A)	49.336.946,90
Desembolsos/Dispêndios no exercício 2013	(36.541.219,91)
Subtotal (B)	(36.541.219,91)
Créditos a receber	21.558.150,00
Compromissos a pagar	(9.900.148,15)
Subtotal (C)	11.658.001,85
Total (A-B+C)	24.452.728,84
Ajuste a estorno de crédito (D)	(1.299,20)
Saldo a reprogramar (A-B-C+D)	24.452.429,64
Composição:	
Reserva Técnica	8.417.608,05
Saldo de ações a serem continuadas	14.866.993,50
Saldo de ações concluídas	(156.746,06)
Excedente financeiro a repactuar	1.324.574,15
Total Composição Saldo	24.452.429,64

*O demonstrativo detalhado é parte integrante do Relatório Final do Contrato de Gestão 2013.

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora do CGEE/OS
CRC-TO 000 625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34

MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente do CGEE/OS
CPF 096.769.418-32

EDUARDO MOACYR KRIEGER
Presidente do Conselho de Administração
do CGEE/OS
CPF 015.326.428.49